

A MÍDIA E OS DIZERES SOBRE O PROFESSOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Silmara Dela Silva^a
Regiane Gomes dos Santos^b

RESUMO

Este artigo tem como proposta analisar discursivamente dizeres em circulação na mídia jornalística, na atualidade, em seus processos de produção de sentidos para o professor no Brasil. Com base nos princípios teórico-metodológicos da análise de discurso, as análises apontam o modo como, ao dizer sobre a (des)valorização do professor, a mídia reitera em seu dizer sentidos de falência do sistema público de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: análise de discurso; professor; discurso jornalístico.

Recebido em: 06/06/18
Aprovado em: 11/09/18

Nossa proposta, neste artigo, consiste em analisar como se constituem sentidos para o professor no Brasil, voltando-nos ao funcionamento do discurso jornalístico na atualidade. Interessa-nos, mais especificamente,

^a Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da UFF, e Jovem Cientista FAPERJ. Pesquisadora do LAS e docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. É jornalista e doutora em Linguística, com pesquisas na área de Análise de Discurso. E-mail: silmaradela@gmail.com.

^b Mestre em Estudos de Linguagem e professora de Língua Portuguesa, Especialista em Leitura e Produção de Textos pela UFF. Estatutária na SEEDUC e na Rede Municipal de Ensino de Rio das Ostras. E-mail: regiane.sa18@gmail.com.

o modo como na mídia, em nossa conjuntura sócio-histórica, são produzidos e colocados em circulação dizeres sobre o professor e a escola pública que reiteram sentidos acerca da (des)valorização salarial do docente e da precarização das instituições públicas de ensino, respectivamente.

As reflexões teórico-analíticas que aqui propomos têm como aporte teórico e metodológico a análise de discurso, tal como formulada por Pêcheux ([1969] 1997, [1975] 1997a), na França, e reterritorializada no Brasil a partir das pesquisas de Orlandi (2001, 2001a, 2006). Compreendemos o discurso como “efeitos de sentidos” (PÊCHEUX, [1969] 1997) que se produzem pela inscrição da língua na história; o discurso, assim, se constitui pela materialidade linguística que produz sentidos para e por sujeitos, em determinadas condições de produção. Entendemos que todo discurso funciona pela retomada de sentidos possíveis, já em curso em nossa formação social, e que o discurso sobre o professor – que é constituído, formulado e posto em circulação (ORLANDI, 2001a) na mídia – não é uma exceção.

Nos últimos anos, temos observado um esforço da mídia jornalística para produzir sentidos sobre o ser professor no Brasil, e recortamos algumas dessas materialidades para a constituição de nosso *corpus* de análise. As análises que realizamos se voltam, assim, a duas materialidades significantes com circulação em momentos distintos. A primeira delas consiste em uma reportagem que apresenta um relatório do Banco Mundial, a respeito das condições de trabalho e remuneração dos professores, que circulou no jornal *Gazeta do Povo*, em novembro de 2017 (CASTRO; ALBUQUERQUE, 2017); a segunda é composta por uma série de cinco reportagens intitulada “Aprender para Ensinar”, exibida pela Rede Globo de Televisão, no *Jornal Nacional*, ao longo de uma semana, no período de 2 a 7 de fevereiro de 2015¹ (AZEREDO; SOUZA, 2015).

Iniciamos nosso percurso com uma breve discussão teórica, mobilizando noções que constituem o nosso dispositivo analítico, tais como ideologia, sujeito e condições de produção, voltadas ao funcionamento do discurso jornalístico. Com Orlandi (2006, p. 26), entendemos que o dispositivo

¹ Nesse caso, retomamos o *corpus* analisado recentemente em dissertação de mestrado defendida em dezembro de 2017 (SANTOS, 2017).

analítico consiste no conjunto de noções teóricas mobilizado pelo analista, em função “da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve” sua reflexão. Trata-se de um recorte necessário da teoria voltado à análise dos discursos da/na mídia, acerca do professor e de suas práticas em nossa formação social.

Em um segundo momento, passamos à análise de algumas sequências discursivas. Primeiramente detemo-nos sobre sequências discursivas recortadas da reportagem do jornal *Gazeta do Povo*, que transforma a pesquisa do Banco Mundial em acontecimento jornalístico. Com Dela-Silva (2015), entendemos o acontecimento jornalístico como uma prática discursiva da mídia jornalística que coloca em circulação alguns dizeres e não outros. Nesse caso, a mídia faz circular dizeres sobre a pesquisa acerca dos professores como se eles se tratassem apenas de um relato de fatos, mas o faz necessariamente de uma posição discursiva e não outra, promovendo gestos de interpretação, “que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico” (DELA-SILVA, 2015, p. 224).

Na sequência, passamos à análise da segunda parte do nosso *corpus*, voltando-nos à série de reportagens “Aprender para Ensinar”. Nesse caso, centramos nossas análises na oposição estabelecida entre os dizeres da série e o pensar a educação pública como meta prioritária, então proposta pelo governo federal.

Do funcionamento do discurso jornalístico: condições de produção e ideologia

Em consonância à nossa proposta neste artigo, voltada à análise de discursos sobre o professor em circulação na mídia, começamos por dirigir nossa atenção ao discurso jornalístico em seu funcionamento. Entendemos que o jornalístico é um dos discursos produzidos e em circulação na mídia, em nossa formação social, e se constitui sócio-historicamente na diferença em relação a outras práticas discursivo-midiáticas, tais como a publicidade e o entretenimento, por exemplo. Dentre as características que especificam o jornalismo, estão a sua associação ao relato imaginariamente objetivo e direto de fatos considerados enquanto acontecimentos empíricos, como se fosse possível dizer sobre algo sem uma filiação histórico-ideológica marcada.

Mesmo diferenciando-se historicamente em relação a outras práticas discursivas da/na mídia, não é fora dessa condição de um discurso midiático que o jornalismo produz sentidos. Isso porque, conforme Pêcheux ([1969] 1997), o sentido está necessariamente entrelaçado com as condições históricas de produção dos discursos. Nessa perspectiva, podemos entender, como já afirmamos, que o sentido não está na língua em si, mas na relação entre o linguístico e as posições ocupadas pelos sujeitos do discurso, envolvidos num dado contexto sócio-histórico, e que em seu conjunto constituem, assim, as condições de produção do discurso. Conforme Pêcheux, “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]” ([1969] 1997, p. 75), e isso deve ser levado em consideração no momento em que se busca compreender o processo de produção de sentidos que, em nosso caso, propicia dizeres sobre o professor na mídia.

Para pensar nas condições de produção do discurso jornalístico em nossa formação social, tomamos como base Mariani (1998), para quem o jornalista, ao *falar sobre*, projeta-se numa posição de um sujeito observador imparcial dos fatos, de modo que busca não deixar no discurso marcas de seu dizer em particular. Contudo, apesar de projetar-se com distanciamento em relação àquilo que narra, valendo-se de estratégias como a narrativa em terceira pessoa e o recurso a números e a depoimentos de fontes, ele acaba por emitir opiniões e formular juízos de valor, produzindo gestos de interpretação. Nos termos da autora, o discurso jornalístico atua “fazendo crer que apresenta os fatos tais como são, com uma linguagem isenta de subjetividades” (MARIANI, 1998, p. 65); no entanto, trata-se apenas de um efeito.

Ao integrar-se aos discursos produzidos em circulação na mídia, na atualidade, o discurso jornalístico também tem como uma marca de seu funcionamento a repetição de sentidos. Em seus estudos sobre a mídia e as consequências daquilo que denomina de um efeito de torrente, resultante do que entende como uma consequência da “imensidade” e da “ubiquidade das mídias”, Gitlin (2003, p. 16) aponta esse funcionamento da mídia ancorado na repetição. Em seus termos: “Sem dúvida as mídias têm seu efeito sobre comportamentos e ideias, não tanto porque cada exposição isolada seja poderosa, mas porque se repetem. E se repetem. E se repetem” (GITLIN,

2003, p. 17). Discursivamente, sabemos que é por meio da repetição de dizeres que sentidos passam a integrar o interdiscurso, ou seja, todo o dizer já-dito, que possibilita os dizeres dos sujeitos. Trata-se, conforme Orlandi (2006, p. 21-22), do “saber discursivo”, uma vez que “todo dizer se acompanha de um dizer já dito e esquecido que o constitui em sua memória”.

A repetição discursivamente nos interessa na medida em que ela produz o efeito de naturalização de sentidos – trabalho da ideologia –, que faz com que os sentidos apareçam como óbvios, como se estivessem sempre lá, apagando para os sujeitos a sua construção histórica.

A noção de ideologia, na análise de discurso, decorre da reformulação dada por Pêcheux ([1975] 1997a) ao conceito proposto pelo filósofo Althusser (1980), que, ao fazer uma releitura de Marx no âmbito do Materialismo Histórico, considera que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 144). Em sua reflexão, Althusser (1980) afirma que o homem, ao fazer história, não a faz com clareza, ou seja, a história não se revela com transparência para o homem. Isso porque comparece o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção capitalista (ALTHUSSER, 1980), que é a ideologia, compreendida como um mecanismo responsável pela naturalização dos sentidos.

Pêcheux ([1975] 1997a), ao relacionar sujeito (modo de ser sujeito na história) e ideologia, mostra que a ideologia é a responsável por produzir no sujeito o efeito de evidência de sentido e, por consequência, faz com que o sujeito tenha a ilusão de ser fonte daquilo que diz. Vemos, nas palavras de Orlandi, que a ideologia “produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como ‘naturais’” (ORLANDI, 2001, p. 31).

Interessa-nos neste artigo analisar o modo como a ideologia se materializa na língua, em especial no discurso jornalístico. Pêcheux diz que o discurso vai além do que foi dito, e que, ao analisá-lo, devemos levar em conta como foi possível “sua formulação e sua compreensão” (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 75). No caso dos dizeres da/na mídia acerca dos professores, observamos que, pelo trabalho da ideologia, dizeres a respeito da (des)valorização salarial do professor fazem parte desse processo de repetição de sentidos em circulação na mídia, de que falamos anteriormente.

Nesse dizer, ecoam via memória discursiva sentidos que se repetem há tempos, e que se fazem presentes não apenas no discurso jornalístico. Como exemplo, podemos mencionar o enunciado com que o professor Raimundo, personagem criado por Chico Anísio, encerrava cada episódio do programa “Escolinha do Professor Raimundo”, exibido pela Rede Globo de Televisão, notadamente durante a década de 1990:² “E o salário? Ó!”, acompanhado do gesto da personagem de quase unir os dedos polegar e indicador, de modo a produzir o efeito de sentido de que se tratava de algo mínimo.

Como afirma Orlandi (2001, p. 37): “O que vemos com mais frequência – por exemplo – se observarmos a mídia – é a produtividade e não a criatividade”, uma vez que na mídia os sentidos se repetem de forma exaustiva. Em seu exemplo, Orlandi (2001, p. 38) menciona as novelas de televisão, afirmando que, por esse efeito de repetição dos mesmos sentidos, “assistimos a ‘mesma’ novela contada muitas e muitas vezes, com algumas variações”. Trata-se, assim, de um funcionamento parafrástico, por meio do qual temos sempre um retorno aos dizeres. Ocorre que não somente de paráfrase se fazem os discursos, uma vez que os dizeres também podem produzir novas filiações e deslizamentos nos sentidos. É assim que, ao dizer sobre o professor no Brasil – e pela via do não-dito, também sobre a escola pública –, o discurso jornalístico que aqui analisamos produz sentidos e deixa brechas para que possamos questionar seus efeitos de evidência.

Das análises: sentidos para o professor no discurso jornalístico

Iniciamos nossos gestos de análise trazendo três seqüências discursivas (SD) recortadas da primeira parte do nosso *corpus* que, como dissemos, é constituída por reportagem motivada por uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, que circulou no jornal *Gazeta do Povo*, em novembro de 2017. Começamos por observar a SD1:³

² A Escolinha do Professor Raimundo, no formato quadro ou programa, foi exibido em emissoras de televisão no Brasil por mais de 38 anos, apresentando-se como um humorístico (ESCOLINHA, 2018).

³ Os grifos ao longo das seqüências discursivas são das autoras.

SD1: Professores brasileiros têm salário adequado e benefícios acima da média, diz Banco Mundial.

Docentes têm evolução salarial e previdência melhores do que a maioria dos países; segundo estudo, chave para melhoria é incentivo por desempenho (grifos nossos, negritos do jornal)

Na SD1, que reúne o título e a linha fina⁴ do texto jornalístico – partes que aparecem em destaque na página do jornal na internet –, temos o início de um processo de projeção de imagem para o professor, ao ser designado, neste caso, de forma generalizada, pela expressão “Professores brasileiros”, retomada por “Docentes”. Com Pêcheux ([1969] 1997), entendemos que todo discurso pressupõe um jogo imaginário, que resulta na projeção de imagens para os sujeitos em sua posição discursiva, bem como para aquilo sobre o que dizem. No caso do texto jornalístico que trazemos para análise, temos na posição sujeito em A o jornal *Gazeta do Povo*, que enuncia a seus leitores (posição sujeito em B), relatando um dizer que atribui à pesquisa do Banco Mundial sobre os “Professores brasileiros”. A formação imaginária que se projeta no dizer do jornal para a categoria generalizada dos “Professores brasileiros/Docentes” é a de profissionais bem-remunerados e com benefícios, como a Previdência, o que se marca na predicação “têm salário adequado e benefícios acima da média”.

Na SD2, no entanto, que traz o *lead*⁵ da matéria jornalística, esse efeito de generalização começa a se perder, quando são especificados de que professores se fala:

SD2: As queixas sobre a falta de qualidade da educação no Brasil costumam incluir uma premissa raramente questionada: a de que os professores de escolas públicas são mal pagos e que

⁴ O termo linha fina é aqui empregado de acordo com o seu uso em jornalismo, nomeando a frase que acompanha o título de uma notícia e/ou reportagem em jornalismo impresso (MANUAL, 2001).

⁵ No jornalismo, o *lead* consiste no parágrafo inicial de uma matéria jornalística (MANUAL, 2001).

essa é uma das principais razões para os maus resultados do ensino.

Mas um novo estudo do Banco Mundial sustenta que essa premissa está errada.

O relatório, divulgado nesta terça-feira, aponta outras causas para a péssima relação entre o gasto público e os resultados das escolas: o desperdício, a ineficiência e a falta de incentivos para os docentes.

Marca-se, na SD2, que o dizer do jornal não se refere a todo e qualquer professor no Brasil, efeito de sentido possível quando consideramos título e linha fina, como trouxemos na SD1. Trata-se de “professores de escolas públicas”, aqueles que geram um “gasto público” ao país, conforme marcado no fio do discurso. Pelo funcionamento do não-dito, presente no discurso, temos que o que se investe em educação pública no país é significado nesse dizer por “gasto” e não por efeitos de sentidos outros, como “investimento”, por exemplo.

Via memória discursiva, são retomados na SD2 dizeres que se repetem, produzindo um efeito de pré-construído, como vemos em: “As queixas sobre a falta de qualidade da educação no Brasil...”. Diante dessa afirmação, podemos questionar: de quais queixas se fala? Quem se queixa? O que está sendo entendido por “falta de qualidade da educação no Brasil”? O pré-construído, conforme Pêcheux ([1975] 1997a, p. 171), funciona simultaneamente, pela remissão “àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser, e entender sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’”. Quando, no dizer do jornal, afirma-se que existem “queixas sobre a falta de qualidade da educação no Brasil”, produz-se um efeito de evidência de que todos sabemos que há “queixas” a respeito, quais são elas e que há “falta de qualidade da educação no Brasil”, nessa circunstância em que circula o dizer do jornal.

Esse efeito de naturalização de sentidos negativos para a educação brasileira – que conforme vimos, incide sobre um segmento específico, designado pela expressão “professores de escolas públicas” –, também se marca pelo fun-

cionamento do efeito metafórico, que se estabelece no jogo das substituições presentes na SD2. Conforme Pêcheux ([1969] 1997), o efeito metafórico consiste no fenômeno semântico pelo qual um termo e/ou expressão é substituído contextualmente por outro, fazendo com que os sentidos deslizem. Por um efeito de paráfrase, os efeitos de sentidos se produzem justamente pelo jogo das substituições, uma vez que, nos termos de Pêcheux ([1969] 1997, p. 96, *itálicos do autor*), o “deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*”. No caso da SD2, temos a seguinte sequência de substituições:

- Falta de qualidade da educação no Brasil
- Maus resultados do ensino
- Péssima relação entre o gasto público e os resultados das escolas
- O desperdício
- A ineficiência
- E a falta de incentivos para os docentes

Observamos, nesse jogo parafrástico, a associação da imagem da educação no Brasil a “maus resultados”, que são retomados em “péssima relação entre o gasto público e os resultados das escolas”. Como apontamos anteriormente, fala-se em “gastos” e não em investimentos, por exemplo, que são situados no âmbito do discurso do mercado: “gastos” em “péssima relação” com “os resultados”. “Desperdício” e “ineficiência” também retomam esse dizer característico da iniciativa privada, com vistas exclusivamente ao lucro para os investimentos. Em “a falta de incentivo para os docentes”, temos a retomada do discurso que se marca já na linha fina da matéria jornalística, exposta na SD1, em: “chave para melhoria é incentivo por desempenho”. Pelo funcionamento da memória discursiva, são mobilizados já-ditos do discurso neoliberal, que associam o desempenho dos funcionários ao pagamento de comissões, por exemplo, relacionando a remuneração à produtividade, como podemos observar também na SD3:

SD3: O documento do Banco Mundial também afirma que a profissão é desprestigiada, mas aponta outras explicações

para o problema: a pouca seletividade na contratação desses profissionais e a falta de uma relação entre o salário e o nível de desempenho do professor.

Na SD3, temos que à imagem dos professores bem remunerados, anunciado no título do texto jornalístico, é associada a condição da docência como uma profissão “desprestigiada”. Entretanto, no dizer do jornal, esse desprestígio estaria associado à “pouca seletividade na contratação desses profissionais” e “a falta de uma relação entre o salário e o nível de desempenho do professor”. A menção à “pouca seletividade na contratação” marca um dizer de questionamento ao modo como os professores de escolas públicas são selecionados e contratados, o que legalmente se dá via concurso público.

O dizer do jornal produz efeitos de sentidos de que os concursos públicos para contratação desses profissionais não seriam capazes de selecionar os melhores professores, apagando nesse dizer que esse modo de contratação busca justamente conferir a habilidade do candidato para o cargo e possibilitar oportunidades mais equânimes às contratações do serviço público, impedindo que candidatos sejam beneficiados por questões pessoais, como relações de parentesco e amizade, por exemplo, como ocorre com frequência na iniciativa privada. No dizer do jornal, que se propõe a relatar os resultados da pesquisa realizada pelo Banco Mundial, temos em funcionamento o discurso neoliberal, que vê na iniciativa privada a solução para os Estados.

Pensando as condições de produção desse discurso, faz-se importante refletirmos acerca da posição discursiva ocupada pelo Banco Mundial e as circunstâncias da referida pesquisa. Em seu site, o Banco Mundial se anuncia como “uma sociedade global que reúne instituições voltadas a encontrar soluções sustentáveis para a redução da pobreza e a construção da prosperidade em países em desenvolvimento”⁶ (THE WORLD BANK, 2018). Na prática, trata-se de um agente financeiro que concede empréstimos aos países membros. No caso do Brasil, conforme dados disponíveis no

⁶ Tradução livre de: Who we are - With 189 member countries, staff from more than 170 countries, and offices in over 130 locations, the World Bank Group is a unique global partnership: five institutions working for sustainable solutions that reduce poverty and build shared prosperity in developing countries.

site da ONU, o país já teria se beneficiado de mais de 430 empréstimos oferecidos pelo Banco Mundial e, atualmente, “são realizados em média US\$ 3 bilhões em novos financiamentos, em áreas como gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente.” (BANCO MUNDIAL, 2018).

A pesquisa relatada pelo jornal, por sua vez, consiste em um relatório que tem como título: “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. BRASIL – REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS”, que foi encomendado ao Grupo Banco Mundial pelo governo brasileiro. No prefácio do relatório, podemos encontrar marcas da posição ideológica que sustenta sua elaboração e divulgação na mídia:

Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. [...] Atento à mudança de cenário, o governo federal solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores. (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1).

Como vemos nesse fragmento textual, trata-se do atendimento a uma demanda do governo federal, após o golpe que culminou com a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República (Cf.: MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016). Diferentemente do que anuncia o jornal, não se trata de uma pesquisa sobre os professores, mas de um relatório que busca justamente expor os “gastos públicos” do governo brasileiro, e que possui um total de 156 páginas, contendo levantamentos e encaminhamentos para diversas frentes de atuação governamental.

Ao recortar justamente dizeres sobre a remuneração docente e a educação pública nas escolas brasileiras para transformar em acontecimento jornalístico, o discurso jornalístico aqui analisado produz um gesto interpretativo acerca daquilo que pode e deve ser dito sobre o relatório encomendado pelo governo de Michel Temer. Assim, o jornal produz efeitos de sentidos colocando em evidência a remuneração dos professores em oposição ao que denomina “falta de qualidade da educação no Brasil”, assumindo o discurso neoliberal que

transforma os investimentos públicos na educação em gastos e naturaliza a associação entre desempenho profissional e recompensa financeira.

Em suas análises do discurso jornalístico sobre o comunismo no Brasil, Mariani afirma:

[...] os sentidos vão se somando e filiando, num processo quase imperceptível de cristalização.

Em outras palavras, no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham sua espessura pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação. (MARIANI, 1998, p. 63)

É esse mesmo funcionamento de que nos fala Mariani (1998, p. 63) – que ganha “espessura pela repetição” – que vemos funcionar no discurso jornalístico sobre os professores em circulação na mídia. Para que possamos mostrar esse funcionamento pelo qual os sentidos se repetem, passamos à análise da segunda parte do nosso *corpus*, constituída pela série de reportagens “Aprender para ensinar”, exibida no *Jornal Nacional*, na Rede Globo de Televisão, em fevereiro de 2015.

Nesse segundo momento de nossa análise, detemo-nos sobre uma sequência discursiva extraída da primeira reportagem da série, seguida de um panorama geral com as principais abordagens do *Jornal Nacional* na produção das cinco reportagens. Em primeiro lugar, chamamos atenção para o momento político que atravessa a constituição da série de reportagens. Lembramos que o ano de 2015 marca-se pelo início do segundo mandato de Dilma Rousseff e, também, por um momento anterior à materialização jurídica do golpe contra a democracia brasileira, que se consolidaria de fato em 31 de agosto de 2016.

Resgatamos considerações feitas por Mariani (1998), que, ao questionar a imparcialidade da imprensa, nos apresenta uma tendência de cumplicidade entre o jornal e determinados partidos políticos sob a forma de aliança. Nessa perspectiva, a autora se posiciona dizendo que “há eventos políticos produzidos para se imporem como notícia. Nesse caso, a imprensa torna-se um veículo usado por determinados grupos/partidos para ganhar visibilidade

(ou notoriedade) política.” (MARIANI, 1998, p. 63). É o que vemos na série “Aprender para Ensinar”, que trabalha na desconstrução do lema “Pátria Educadora”, instituído pela presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse (ROUSSEFF, 2015), um dizer que ganhou grande divulgação na mídia televisiva desde primeiro de janeiro de 2015, quando de sua exposição em rede nacional. O lema “Pátria Educadora” buscava elevar a educação pública e gratuita para o primeiro patamar de meta governamental, uma proposta que suscitou calorosas discussões – em diversas esferas midiáticas, como nas redes sociais, emissoras de rádio e televisão – principalmente porque o desenvolvimento desse projeto demandava aumentos significativos de investimentos na área da educação.

Desse modo, vemos a Rede Globo defender sua tomada de posição em relação ao lema do governo no *Jornal Nacional*, o principal telejornal da emissora, posicionando-se contrariamente ao “Pátria Educadora”, estabelecendo aliança com partidos que se opunham à proposta educacional pensada pelo governo. Vemos a marca desse posicionamento na repetição de discursos que confrontam o projeto, trazidos na série de reportagens “Aprender para Ensinar”.

A primeira reportagem da série – com o título “Aumenta o número de professores que abandonam salas de aula” –, inicia-se justamente com a fala da ex-presidenta instituindo o lema “Pátria Educadora”. O *Jornal Nacional*, ao trazer a falta de professores como uma evidência apoiada em estatísticas, coloca em questionamento esse lema, projetando uma imagem de abandono da profissão de professor nas salas de aula do Brasil, como podemos observar no início dessa reportagem, exposto na SD4:

SD4: O Brasil tem uma necessidade urgente na escola. O país tem uma promessa: “Nosso lema será: Brasil pátria educadora”, afirmou a presidente Dilma Rousseff no discurso de posse. E um grande desafio: “O apagão já começou há muito tempo. O déficit de professores nas áreas de química, física, matemática e biologia é da ordem de 150 mil professores” conta o diretor do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos.

A primeira parte do dizer organizado na SD4 corresponde à fala de abertura da jornalista, ao iniciar a primeira reportagem da série. Nessa sequência discursiva, podemos observar o modo como o jornal trabalha os sentidos numa tentativa de produzir um efeito de imparcialidade em relação ao que se diz, dando voz a duas autoridades no cenário educacional: a então presidenta Dilma Rousseff e o diretor do Instituto Ayrton Senna. Vemos essa ideia de distanciamento da jornalista marcada no emprego do discurso direto para reproduzir a fala de Dilma Rousseff, por exemplo.

Na SD4, notamos que quando a jornalista emprega a palavra promessa, em “O país tem uma promessa”, encaminha alguns efeitos de sentidos via memória discursiva. É possível estabelecer, por exemplo, uma relação entre a palavra e os períodos eleitorais, nos quais “promessa” costuma produzir o efeito de sentido de (des)comprometimento, o que recupera uma memória discursiva, um já-dito sobre a prática política no Brasil. Nesse caso, “promessa” silencia o sentido de sagrado, de juramento, ligado à religiosidade. O sentido de “promessa” estaria atrelado, assim, à fala de uma presidenta, ou seja, quem “promete” é alguém que ocupa um cargo político na esfera brasileira, o que, por sua vez, faz remissão ao engano, à falsidade e à demagogia, tradicionalmente associados aos políticos.

Contudo, enquanto a repórter diz “promessa”, Dilma diz “lema”: “Nosso lema será: Brasil pátria educadora”. Em seu proferimento, Dilma Rousseff usa a palavra “lema”, que retoma sentidos bastante positivos, uma vez que remete a objetivos, ao alcance de metas, a avanços. Assim, podemos observar que a construção do sentido para o *slogan* “Pátria Educadora” não ocorre do mesmo modo para a jornalista e para a presidenta, o que marca posicionamentos distintos.

Por sua vez, o diretor, ao dizer sobre os professores, emprega os termos “déficit” e “apagão”. A propósito do termo apagão, Sargentini (2008, p. 131), ao refletir sobre “a relação existente entre o discurso midiático e a construção de um tecido da memória”, analisa o trajeto temático da palavra “apagão”, explicando que ela teria sido usada pela imprensa em 2001 e 2002 para se referir à crise energética vivida durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, “apagão” teria voltado a circular na mídia com a presença de alguns determinantes, como apagão aéreo, do trabalhador etc. e, até mesmo, “apagão anunciado de professores”. Sobre essa última construção, Sargentini (2008, p. 138) diz que: “A expressão apagão, devido à memória discursiva que atualiza, estabiliza esse conflito ao trazer

na sua constituição uma discursividade da ausência de planejamento, de descaso com a infra-estrutura.”

O uso de “apagão”, no dizer do diretor do Instituto Ayrton Senna, recupera uma memória discursiva que remete a uma situação de descontrole tão impossível de se solucionar quanto a crise de energia elétrica então sofrida pelo país. Sobre o efeito produzido pelo significante “apagão”, Sargentini (2008, p. 141) conclui lembrando que “no caso da repetição da expressão ‘apagão X’ reforça a imagem de um país do desgoverno, da falência, da ausência de planejamento e medidas[...]”. Constitui-se, assim, no dizer do jornal efeitos de sentidos que associam o professor e a escola pública ao fracasso. Essa ideia de falência do sistema público de ensino vai se reafirmando ao longo da série de reportagens “Aprender para Ensinar”, como podemos observar na SD5:

SD5: A escola que produz alunos que não aprendem voltou a constrianger o Brasil nesse início de 2015. Mais de meio milhão de estudantes tiraram zero na prova de redação do ENEM. (Grifos nossos)

Vemos com o emprego do determinante *a*, em “a escola”, na SD5, o jornal trabalhando um efeito de evidência que recai sobre uma escola em especial: a pública. Apesar de “escola” não se marcar, em termos linguísticos, na SD5 por um qualificador (pública/particular), esse dizer surge na terceira reportagem da série, após uma longa narrativa que, ao mesmo tempo, denuncia uma escola pública localizada no município de Novo Gama (GO) e promove uma escola particular de São Paulo. Como vemos na SD6:

SD6: “Nós oferecemos a eles uma escola”. (Fala do professor na posição de sujeito que trabalha no particular – Grifos nossos)

Nessa perspectiva, a escola “de verdade”, posta na SD6, marcada linguisticamente pela expressão “uma escola”, é aquela que é paga. Ao trazer um sujeito plural marcado no discurso pelo uso do “nós” (professores da escola particular de São Paulo), a SD6 leva-nos a concluir que a escola particular seria uma escola de fato. Além disso, vemos o jornal buscando produzir um

efeito de imparcialidade, ao trazer um discurso marcado pelo uso das aspas, ou seja, não seria o jornal que definiria aquilo que seria uma escola, mas um professor da escola particular, alguém que, em nossa formação social capitalista, apresentaria autoridade nos assuntos educacionais. Assim, o jornal imaginariamente se isenta de qualquer posição pessoal, resguardando-se de seu envolvimento com a questão. Pensando em termos de formação imaginária, temos um sujeito em A se colocando mais uma vez distante daquilo que é falado sobre a escola brasileira.

Nessa disputa pelo controle dos efeitos de sentidos, vemos o *Jornal Nacional* retomando um já-dito negativo sobre a escola pública, ao empregar o determinante “a” na SD5, de modo que naturaliza a ideia de que a escola constrangedora só pode ser mesmo a pública. Projeta-se, assim, uma imagem vergonhosa, constrangedora sobre a escola pública, diferentemente do sucesso atribuído ao ensino privado. Ao longo da série de reportagens “Aprender para Ensinar”, observamos o discurso jornalístico reiterando a ideia de que o sistema público de ensino não funciona.

De modo geral, vemos que, ao dizer sobre os professores, a série de reportagens “Aprender para Ensinar” associa o professor e a escola pública a sentidos ligados à precariedade, a falhas e à falência do sistema educacional brasileiro, produzindo repetidamente efeitos de sentidos que levam a uma desautorização de quaisquer elevações de investimentos na área, conforme defendia o governo de Dilma Rousseff. É esse dizer que será repetido no jornal *Gazeta do Povo*, já no governo de Michel Temer, quando da divulgação do relatório produzido pelo Banco Mundial, como mostramos em nosso primeiro gesto de análise.

Para fechar...

No percurso que empreendemos neste artigo, voltamo-nos ao modo como são produzidos e postos a circular sentidos sobre o professor e, em especial, o professor de escola pública, em nossa conjuntura sócio histórica. As análises que realizamos, a partir de materialidades significantes com diferentes condições de circulação, permitem-nos apontar como a mídia tem se dedicado exaustivamente a produzir e fazer circular dizeres que deslegitimam o professor

e a escola pública no Brasil. Ao projetar um imaginário de extrema falência do sistema público educacional, o discurso jornalístico faz ecoar por todos os cantos que a categoria, por não apresentar resultados satisfatórios, não deve usufruir de recursos oriundos dos cofres públicos brasileiros.

Com nossos gestos de análise, buscamos mostrar esse funcionamento discursivo em seus efeitos de naturalização de sentidos para professor e a escola pública no Brasil. Como afirma Orlandi (2001a, p. 14), “pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leve [...] à elaboração de sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história”. Entendemos, assim, que questionar as evidências construídas no discurso da/na mídia também é um modo de impulsionar a circulação de sentidos outros acerca do professor e de suas práticas em nossa formação social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. [1980]. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

AZEVEDO, G.; SOUZA, R. Especial Professores. *Jornal Nacional*. Fev. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/aumenta-o-numero-de-professores-que-abandonam-salas-de-aula.html>. Acesso em: 10/10/2017.

BANCO MUNDIAL. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>>. Acesso em: 23/5/2018.

CASTRO, G.A.; ALBUQUERQUE, F. Professores brasileiros têm salário adequado e benefícios acima da média, diz Banco Mundial. *Gazeta do povo*. 22 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professores-brasileiros-tem-salario-adequado-e-beneficios-acima-da-media-diz-banco-mundial-55q5psmovxd15fvbyru24rgwb>>. Acesso em: 10/5/2018.

DELA-SILVA, S. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 231-232.

ESCOLINHA do Professor Raimundo. *Memória Globo*. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/humor/escolinha-do-professor-raimundo/galeria-de-personagens.htm>>. Acesso em: 22/5/2018.

GITLIN, T. *Mídias sem limite*. Como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. BRASIL – REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS. Vol. 1, Síntese. Nov. 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 23/5/2018.

MANUAL de redação: Folha de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B.G. (Orgs.). *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. São Paulo: Alameda, 2016.

ORLANDI, E. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas-SP: Pontes Editores, 2006. p. 11-31.

_____. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001a.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b. p. 61-161.

ROUSSEFF, D. Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso. *Câmara Notícias*. 1 jan. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480013-INTEGRA-DO-DISCURSO-DE-POSSE-DA-PRESIDENTE-DILMA-ROUSSEFF-NO-CONGRESSO.html>>. Acesso em: 6/5/2018.

SANTOS, R.G. *Que professor é esse?* Uma análise discursiva sobre o professor (da) e a escola pública no Jornal Nacional. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2017.

SARGENTINI, V. M. O. O Arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (org.). *Discurso Midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

THE WORLD BANK. Who we are. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/who-we-are>>. Acesso em: 23/5/2018.

THE MEDIA AND THE SAYINGS ABOUT TEACHERS IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF JOURNALISTIC DISCOURSE

ABSTRACT

This article aims to analyze discursively circulating statements in the journalistic media, nowadays, in its processes of production of meanings for teachers in Brazil. Based on the theoretical-methodological principles of discourse analysis, the analyzes point out how, when saying about the (dis) valorization of the teachers, the media reiterates the bankruptcy of the public school system.

KEYWORDS: Discourse analysis; teachers; journalistic discourse.